

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N.º , de 2026

(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de audiência pública para discutir os desafios da assistência à saúde nas regiões de fronteira da Amazônia Legal e o fortalecimento da cooperação interfederativa e internacional em saúde.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir os desafios da assistência à saúde nas regiões de fronteira da Amazônia Legal, considerando as especificidades territoriais, o fluxo populacional transfronteiriço, as dificuldades logísticas de acesso aos serviços de saúde e a necessidade de fortalecimento da cooperação interfederativa e internacional para assegurar a efetividade do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para o debate, sugere-se o convite dos seguintes expositores:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS;
- Representante do Governo do Estado do Amapá;
- Representante do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal;

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado, cabendo ao poder público promover políticas sociais e econômicas que garantam acesso universal, igualitário e integral às ações e aos serviços de saúde. Entretanto, a concretização desse direito apresenta desafios singulares nas regiões de fronteira da Amazônia Legal, onde fatores geográficos, demográficos, econômicos e ambientais impõem obstáculos permanentes à organização e à oferta dos serviços públicos.

A Amazônia brasileira concentra extensas áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias, baixa densidade populacional, predominância do transporte fluvial e limitações históricas de infraestrutura. Nesses territórios, o deslocamento de pacientes e profissionais frequentemente depende de embarcações ou transporte aéreo, aumentando os custos da assistência e dificultando a continuidade do cuidado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SAÚDE

Nas regiões fronteiriças, esses desafios são ainda mais complexos. Municípios localizados na divisa com países vizinhos convivem diariamente com intenso fluxo de pessoas em busca de atendimento médico, vacinação, assistência farmacêutica, serviços de urgência e acompanhamento especializado. Essa realidade exige respostas coordenadas entre União, estados e municípios, além do fortalecimento dos mecanismos de cooperação internacional em saúde.

O Estado do Amapá representa um exemplo emblemático dessa dinâmica. A fronteira com a Guiana Francesa favorece intenso intercâmbio populacional, comercial e cultural, repercutindo diretamente sobre a demanda pelos serviços públicos de saúde. Ao mesmo tempo, a circulação de pessoas amplia a necessidade de vigilância epidemiológica integrada, especialmente para prevenção e controle de doenças transmissíveis, resposta a emergências sanitárias e fortalecimento das ações de imunização.

Além disso, as populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais comunidades tradicionais residentes nessas regiões enfrentam dificuldades adicionais decorrentes da distância entre suas comunidades e as unidades de saúde, da escassez de profissionais especializados e da limitada oferta de serviços de média e alta complexidade.

Embora importantes iniciativas tenham sido desenvolvidas pelo Ministério da Saúde para qualificar a atenção à saúde nas áreas de fronteira, permanece necessária a construção de estratégias capazes de aperfeiçoar o financiamento, ampliar a infraestrutura, fortalecer a vigilância em saúde, estimular a fixação de profissionais e consolidar instrumentos permanentes de cooperação entre os entes federativos e os países vizinhos.

A realização da presente audiência pública permitirá reunir representantes do Governo Federal, gestores estaduais e municipais, organismos internacionais, pesquisadores e especialistas para avaliar os principais desafios enfrentados pelas regiões de fronteira da Amazônia e discutir alternativas que assegurem maior eficiência, equidade e integralidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

O debate também contribuirá para subsidiar a atuação legislativa desta Comissão na formulação e no aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, reconhecendo as especificidades dos territórios fronteiriços e das populações que neles vivem.

Diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 07 de julho de 2026.

DORINALDO MALAFAIA

Deputado Federal- PDT/AP

